



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA
ESCOLA CLASSE 35**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BRASÍLIA-DF

2021

Maria Aparecida de Sousa Lopes
Diretora

Adriana Souza Santos
Vice-Diretora

Sthefanie Bárbara Mendonça
Supervisora Pedagógica

Sandra Regina Pinheiro Lopes
Keila Cristina da Silva
Cleidiane dos Santos Reis
Coordenadoras

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe gestora	Sthefanie Bárbara Mendonça
Docentes	Maria Aparecida Martins Franklin
Coordenadores/as	Sandra Regina Pinheiro Lopes
Carreira Assistência	Sivaldo Ramos Madureira
Comunidade Escolar (Pais/Mães/Responsáveis)	Íris Campos
Serviços de apoio	Rozana Maria de Oliveira

Conselho Escolar:

Segmento	Representante
Membro Nato	Maria Aparecida de Sousa Lopes
Carreiro Magistério	Juliana Gabriel Crestani Adriana Souza Santos
Carreira Assistência	Marilucia Barros dos Santos
Pais/Responsáveis	Isilda Martins Íris Campos

A estruturação e escrita do documento ficou sob a responsabilidade da Supervisora Pedagógica Sthefanie Bárbara Mendonça, e a revisão textual sob a responsabilidade da Coordenadora Cleidiane dos Santos Reis. Contribuíram com dados, ideias e sugestões para este Projeto todo o corpo docente e a comunidade escolar.

Epígrafe

"Se aprende com as diferenças e não com as igualdades."

(Paulo Freire)

Sumário

I-APRESENTAÇÃO	5
II- HISTÓRICO	7
III- DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	10
IV- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	12
V-PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	13
VI- MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DAS APRENDIZAGENS	15
VII-FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	19
VIII- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	20
IX- ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	28
X- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
XI- PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	32
XII- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	36
XIII- PROJETOS ESPECÍFICOS – PRESENCIAL E ENSINO REMOTO	37
IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

I - APRESENTAÇÃO

Este documento propõe clarear os princípios pedagógicos desta Instituição Escolar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 12.796/2013), o Currículo em Movimento, as Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização e com o Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Pretende nortear as ações pedagógicas desenvolvidas por esta I.E, tomando como base os eixos: Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para Sustentabilidade, conforme o Currículo em Movimento, os descritores e a BNCC, com o objetivo de preparar o educando para atuar de forma consciente, responsável e ativa na transformação do meio em que vive.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. “O educador se eterniza em cada ser que educa”. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. (PAULO FREIRE).

Este Projeto Político Pedagógico foi elaborado de forma participativa. Em reunião, os envolvidos na dinâmica pedagógica da escola puderam; criticar, opinar e sugerir mudanças neste documento, levando em consideração a realidade da comunidade escolar, as demandas pedagógicas da I.E e os documentos que norteiam nosso trabalho.

O ano letivo de 2021 teve seu início marcado e demarcado por incertezas e inseguranças ocasionadas pela pandemia causada pelo Covid-19. Nossa escola e nosso trabalho resistem e sobrevivem amparados pela esperança nas ciências, pelas crenças pessoais e particulares de todos; ainda sob a metodologia do ensino remoto nossos encontros de formação, planejamentos foram retomados e pautados na possibilidade de algum retorno presencial sem, todavia, deixarmos de zelar pelo resgate das aprendizagens de todos. Acolhemos os docentes, profissionais de apoio, terceirizados e toda comunidade escolar por meio de encontros virtuais. A emoção e o saudosismo dos colegas, dos estudantes e todos que sabem o valor do encontro físico (presencial) foram imensos.

Para realizarmos a atualização/reformulação do projeto da escola seguimos os documentos norteadores da rede constantes da Circular n.º 36/2021 - SEE/SUBEB cujo anexo trouxe o Fluxograma/Organograma de Análise do Projeto Político-

Pedagógico, orientações da CREC/UNIEB e também o caderno próprio da SEEDF denominado Orientação Pedagógica – Projeto político-pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas.

Além disso, elaboramos questionários eletrônicos para facilitar a participação e sugestão da comunidade escolar quanto aos eixos, temas e assuntos que constituem este projeto.

II - HISTÓRICO

A Escola Classe 35 de Ceilândia, iniciou suas atividades em 08 de agosto de 1979, situada na EQNP 9/13 do setor “P” Norte, Ceilândia – DF. É uma instituição pública e de tradição no setor, subordinada a Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, sob a direção do professor Helder F. Gonçalves.

A Escola Classe 35 da Ceilândia foi inaugurada pelo Governo do Distrito Federal no dia oito de agosto de mil novecentos e setenta e nove (1979). Situa-se no setor “P” Norte da Ceilândia, e no ano de inauguração da IE foi o mesmo ano que foram entregues as primeiras casas do setor.

Desde a inauguração passaram pela direção da escola 11 diretores, sendo estes:

- Maria da Penha Lucindo Lages – 1979 a 1985
- Celéria Chagas Rineiro – 1985 a 1986
- Miriam Nereci Fidelis Costa – 1986 a 1987
- Silas Dias da Silva – 1987 a 1989
- Dilma Maria da Silva Dantas – 1989 a 1995
- Sandra de Oliveira Dias – 1995 a 1998
- Alana Régia Novais Pimenta – 1998 a 1999
- Gecilda Grigório de Andrade – 1999 a 2004
- Doralice Carneiro Leite – 2004 a 2005
- Gecilda Grigório de Andrade – 2005 a 2013
- Lucia Helena Gomes de Melo – 2014 a 2017

Atualmente a direção está composta pelas educadoras Maria Aparecida de Sousa Lopes e Adriana de Souza Santos.

A Escola Classe 35 é uma escola inclusiva, que atende estudantes da educação infantil, de primeiro e segundo período, estudantes do primeiro ao quinto ano da Educação Fundamental de nove anos e quatro classes especiais, distribuídas em dois turnos: matutino e vespertino. No turno matutino atende 468 estudantes e no turno vespertino 462 estudantes. O número de estudantes por etapas/modalidade é de 201 estudantes na Educação Infantil e 720 estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 09 anos (dos 720 estudantes 417 são do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA) e 09 estudantes nas Classes Especiais.

A instituição conta com o auxílio do Conselho escolar, composto por um

representante de cada segmento, que realiza reuniões online para discussões de propostas feitas pela comunidade escolar. Essa composição atual foi eleita em março de 2017.

A comunidade é presente e participativa nos mais variados eventos escolares, tendo livre acesso à direção, secretaria e corpo docente. É composta por profissionais de diversas áreas tais como: serviço público, comércio, profissionais liberais entre outras atividades econômicas.

O maior percentual de estudantes reside nas quadras próximas à escola. Recebemos também estudantes provenientes dos setores de chácaras, nas proximidades do Setor “P” Norte, Sol Nascente, da Expansão do Setor “O”, e das quadras residenciais QNQ, QNR e Águas Lindas.

Para atender essa demanda de estudantes a escola conta com uma equipe de direção e com o seguinte quadro de profissionais: Quarenta e dois docentes, sendo vinte e quatro efetivos e vinte e dois de contrato temporário; uma professora readaptada que está atuando na Sala de Leitura da escola; bem como Pedagogas atuantes: duas destinadas a EAA; uma destinada AEE e outra destinada a SAA, pois a EC 35 é polo no Setor P Norte deste atendimento, duas orientadoras educacionais, três auxiliares de educação, cinco vigias, três servidores da Empresa G&E Serviços Terceirizados LTDA E seis servidores da Empresa Real JG Facilities EIRELI.

A escola é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9.394/96, Estatuto da Criança e Adolescente, Regimento das Instituições Educacionais do DF e Normas para o sistema de ensino do DF.

Fisicamente a escola contém 4 blocos sendo 2 com 7 salas e 3 com 5 salas, sendo estas salas extras nos blocos A e D que foram construídas devido a necessidade de mais salas na escola, sendo 21 salas para regência (todas com carteiras e cadeiras para estudantes, mesa, cadeira e armário para o professor, quadro branco e um aparelho de TV + DVD e ventiladores); sendo duas salas usadas para as classes especiais de TGD e DMU. As 2 salas restantes são destinadas à: sala de leitura e sala de reforço. A escola dispõe de outras dependências:

- Guarita
- Secretaria
- Sala de supervisão pedagógica
- Sala de coordenação
- Sala dos professores
- Depósito de material de uso pedagógico

- Depósito para material de limpeza
- Sala de mecanografia
- Cozinha para funcionários
- Banheiros, masculino e feminino para funcionários.
- Parquinho
- Banheiros, masculino e feminino para alunos.
- Banheiro adaptado para ENEE
- Pátio
- Duas Quadras poliesportivas
- Espaço de Jogos (Totó)
- Sala para os Auxiliares de Educação com cozinha e banheiro
- Sala para o Serviço de Orientação Educacional - SOE
- Sala para a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA
- Sala do Serviço de Apoio e Aprendizagem - SAA
- Sala de Recursos

A instituição utiliza recursos financeiros provenientes de programas de incentivos governamental tais como PDAF e PDDE, e de eventos promovidos ao longo do ano letivo, tais como passeios, festas, bazares, galinhadas e outros, sendo que no ano letivo de 2020 e 2021, esses eventos estão suspensos por tempo indeterminado devido à pandemia causada pelo COVID-19.

A escola funciona nos períodos matutino e vespertino, com 21 turmas no período matutino e 21 turmas no período vespertino.

Dos serviços de apoio, a Sala de Recursos, está inativa devido a falta de professor desse segmento desde 2020, os outros serviços de OE, EEAA e SAA estão auxiliando os docentes para suprir a falta desse profissional de forma menos impactante possível.

III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A comunidade escolar é participativa. Em datas comemorativas, reuniões e eventos as famílias sempre estavam presentes na escola, porém, durante esse período da pandemia outros aspectos ficaram evidentes tais como: dificuldades financeiras para garantir os recursos tecnológicos para acesso ao ensino remoto, desemprego, óbitos nas famílias dentre outros. A EC 35 procurou por meio da busca ativa, promover a continuidade dessa participação que passou a ser online, por meio de reuniões, palestras, formulários, plataformas como: Google sala de aula, Meet, Zoom e até mesmo pelo Whatsapp, além das atividades impressas e flexibilização dos prazos atender a todos e todas de maneira que fossem amenizados os prejuízos.

A comunidade escolar é composta por profissionais de diversas áreas tais como: serviço público, comércio, profissionais liberais entre outras atividades. O maior percentual de estudantes reside nas quadras próximas e nos bairros limítrofes à escola.

A comunidade apresenta um bom relacionamento com professores e direção da Instituição, por meio do Conselho Escolar ou mesmo dirigindo-se a escola diante de alguma demanda. A relação entre pais e professores é de recíproco respeito e cooperação. Desta forma, família e escola estão sempre unidas e empenhadas com vistas ao sucesso escolar dos estudantes.

Grande parte das famílias dos estudantes precisou adquirir internet em 2020 com o início das aulas remotas. Os que já possuíam, sendo a maioria por dados móveis, relataram a necessidade de contratar, ou aumentar um pacote de banda larga.

Atualmente em 2021 a maioria dos acessos à plataforma Google sala de aula se dão por aparelhos que são compartilhados nas famílias entre os estudantes e os demais membros familiares.

Apesar de a maioria possuir acesso à internet, seja por banda larga ou dados móveis, muitos dependem da internet dos vizinhos e parentes próximos, e ainda temos alguns estudantes que não possuem nenhum tipo de acesso a internet. O acompanhamento desses estudantes que não tem acesso a internet está sendo feito por meio de materiais impressos.

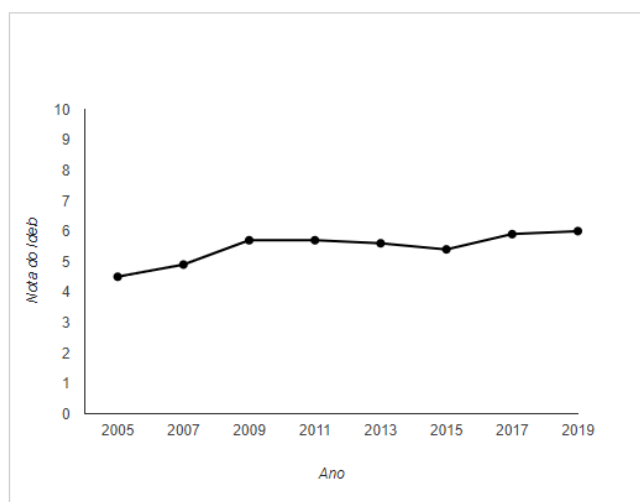
Segundo o Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado no Brasil em 2007 com o intuito de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

A cada dois anos é aplicada uma prova (Prova Brasil) aos alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental de todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. As questões envolvem conhecimento sobre língua portuguesa e matemática e trazem resultados que vão do nível 1 ao 10.

Além da média alcançada na avaliação acima, o cálculo considera o rendimento escolar, que nada mais é que a taxa de aprovação da escola, obtida através do Censo Escolar.

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2005		4,5
2007	4,6	4,9
2009	4,9	5,7
2011	5,3	5,7
2013	5,6	5,6
2015	5,8	5,4
2017	6,1	5,9
2019	6,3	6,0

■ Acima ou igual à meta
■ Abaixo da meta



O IDEB dessa instituição nos últimos anos ficou abaixo das metas previstas.

Sabemos dos desafios no ensino público e da dificuldade com questões práticas no dia a dia da escola, que se agravaram ainda mais durante a pandemia e as aulas remotas, por isso, mesmo durante as aulas remotas buscamos estimular o hábito de leitura dos estudantes e oferecer aulas online de reforço individuais ou agrupamentos intraclasse em pequenos grupos para favorecer uma melhora nas aprendizagens dos estudantes e com isso, conseqüentemente buscamos uma melhora também no IDEB.

Não obstante, nossa intenção para este ano letivo (2021) é trabalhar para favorecer as aprendizagens porque somos conscientes de que as fragilidades conceituais e técnicas são muitas e ocorreram em todas as turmas, mesmo com o empenho e dedicação de cada professor e professora. Em razão disso nossa temática

para o ano em tela é, sobretudo, cuidar para que resgatemos todas as aprendizagens afetivas, cognitivas e psicomotoras. É bem verdade que outras aprendizagens aconteceram, a vida, a solidariedade, os cuidados com a higiene e a saúde não puderam ser ignorados, por isso geraram outro currículo, outras vivências e, sem dúvida, outras aprendizagens.

IV- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Escola como espaço de socialização e transformação.

A escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, deve ser um espaço que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido. Trata-se de conhecimento vivo que está sempre em construção.

“A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 10).

Nesse contexto, o dirigente escolar, o professor, os pais dos estudantes e a comunidade em geral percebem a escola como um espaço democrático e, portanto, se torna fundamental que ela construa seu Projeto Político-Pedagógico.

Assim, pensar a função social da educação e da escola implica problematizar a que temo na tentativa de contruir a escola que queremos. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são prerrogativas fundamentais para o exercício de uma gestão democrática.

Visamos ofertar escolarização pública, referendada na qualidade social,

apoiada nos princípios éticos, inclusivos e democráticos que proporcionem o desenvolvimento das potencialidades humanas: cognitivas, afetivas, físicas e sociais.

V - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação tem por princípio e finalidade a formação de cidadãos que sejam de fato capazes de exercer e usufruir dos direitos e deveres inerentes à sua condição. Segundo a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a educação é “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012).

A escola atual é constituída de sujeitos contemporâneos, moldados pela cultura moderna no contexto de uma sociedade que vivencia profundas mudanças sociais, históricas e culturais. É a cultura das diversas linguagens e dos símbolos que define o perfil do educando do século XXI.

Como não poderia ser diferente, o estudante contemporâneo também sofreu muitas mudanças. Hoje ele quer participar, manifestar seus anseios, conhecer e vivenciar seus direitos. Além disso, é extremamente ativo sobre o mundo que o cerca, pois em sua realidade depara-se com muitas informações de acesso facilitado. Por isso, ele passou de receptor do conhecimento para construtor de seu próprio saber. Segundo Fávero Sobrinho (2010)

“O aluno que está em sala de aula já não corresponde a nenhuma das representações propostas pela cultura escolar de natureza iluminista, porque, hoje, na posição de *sujeito do* conhecimento, ele é, sobretudo, um sujeito histórico, que traz para a sala de aula um repertório de experiências constitutivas da cotidianidade da sociedade contemporânea.”

Diante dessa realidade encontramos os desafios de educar e formar cidadãos conscientes e aptos a transformar sua realidade. Uma escola transformadora deve pautar-se em uma educação que valorize a realidade do educando e promova a reflexão dos conhecimentos construídos ao longo da história da humanidade.

Deve ainda, conectar os saberes construídos historicamente, associados aos saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar com o mundo, para

que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação social, numa perspectiva de construção de consciências de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012)

Ao se pensar em escola transformadora é preciso pensar em um modelo de educação que leve em consideração as diversas dimensões que formam o ser humano integral e que “oportunize aos estudantes o despertar para outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano” (PPP – Carlos Mota – SEDF/2012).

Além disso, um trabalho com esse direcionamento deve contar com o envolvimento de toda a comunidade escolar com a finalidade de garantir aos estudantes o direito às aprendizagens, sustentado nos princípios da ética e da responsabilidade com vistas a “formação de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida nos aspectos sociais, culturais e econômicos” (Currículo em Movimento – SEDF/2013).

Contudo, faz-se necessário pensar em uma educação que propicie a vivência de valores e atitudes indispensáveis ao exercício da cidadania, como o cumprimento de obrigações, o senso de responsabilidade, o zelo pelo patrimônio público, o respeito à diversidade e à pluralidade cultural.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, publicada pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola. Neste sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar os objetivos, metas e ações traçadas, em articulação com as demais propostas da escola comum.

A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar. Nessa perspectiva, o AEE integra a gestão democrática da escola. No PPP devem ser previstos a organização e recursos para o AEE: Espaço adequado para o atendimento, recursos lúdicos pedagógicos para trabalhar com os alunos nos atendimentos e no trabalho articulado com o professor regente.

O Plano de ação da sala de recursos prevê ações de acompanhamento e

articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns, ações de monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, bem como recursos necessários para a confecção destes.

Dentro das estratégias citadas neste documento para promover a alfabetização e letramento de nossos estudantes está o uso da psicogênese da língua escrita, segundo Emília Ferreiro, como uma das possibilidades de avaliação diagnóstica. Desta forma,

Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1989) afirmam que a alfabetização implica a compreensão de que o estudante passa por etapas sucessivas de elaboração inteligente, carregadas de sentido e pensamento, denominadas hipóteses. Compreender essas hipóteses possibilita ao professor a realização de um trabalho didático-pedagógico focado na lógica do processo de aprendizagem, que vai ao encontro do que pensa o estudante sobre a leitura e escrita, sustentado a partir do “como fazer”, “por que fazer” e “para que fazer”. (Diretrizes do BIA, 2014, p.35).

Portanto, a Instituição orienta todo seu trabalho pedagógico de acordo com os documentos norteadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal e com os princípios de igualdade de acesso e permanência dos estudantes na escola.

VI - MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DAS APRENDIZAGENS

A missão da SEEDF é “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”. (PPP Carlos Mota, p. 25).

De acordo com o grupo desta Instituição de Ensino, a função da escola compreende a formação global do educando. Nesse sentido, a escola deve adotar uma educação de concepção integral, visando à formação humana em suas múltiplas dimensões, valorizando os saberes formais e não formais, as relações interpessoais e a construção de relações democráticas entre as pessoas e grupos, integrando dessa forma, espaços, tempos, saberes e conteúdos. Uma educação “centrada no sujeito social, cultural, histórico, cognitivo e subjetivo, sem perder de vista a perspectiva das relações humanas” (Currículo em Movimento, 2013)

OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

1. Objetivos

Dimensão	Objetivos	Estratégias
Gestão Pedagógica	Maior número de estudantes letrados;	<ul style="list-style-type: none">• Reagrupamento BIA e 4º e 5º ano;• Projeto Interventivo;• Projeto Letramento;• Interventivo – parceria com o IESB;• Reforço Escolar.
	Maior aproveitamento de estudos por parte dos estudantes;	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Juntos pela Paz (Trabalha as relações de disciplina, respeito em sala de aula e as competências socioemocionais);• Projeto de Leitura “Ler é bom Demais”;• Projeto “Cantinho Verde”;• Reagrupamento BIA e 4º e 5º ano;• Projeto Interventivo da escola e em parceria com instituições particulares;• Reforço Escolar;• Atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais pela Sala de Recursos;• Atendimento aos estudantes com transtornos funcionais do desenvolvimento pela Sala de Apoio à Aprendizagem.
	Maior envolvimento dos estudantes nas atividades promovidas pela escola.	<ul style="list-style-type: none">• Incentivar a participação dos estudantes nos projetos e atividades pedagógicas dentro e fora da escola;• Promover momentos de socialização das práticas pedagógicas da escola com as famílias,

Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	Participação efetiva da família no cotidiano escolar dos estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar e contribuir com atividades, projetos, formações, oficinas e palestras que envolvam a família no cotidiano escolar dos estudantes.
	Realizar a avaliação institucional da escola com a participação da comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar momentos de avaliação institucional com a participação da comunidade escolar objetivando avaliar e sugerir melhorias para o trabalho pedagógico da escola.
	Utilizar os resultados educacionais para felicitar as ações de sucesso e também implementar as melhorias necessárias para o sucesso pedagógico da escola, partindo do princípio de uma gestão democrática.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir a comunidade escolar para informar sobre resultados educacionais e diante disso realizar as melhorias necessárias.
Gestão Participativa	Incentivar a participação e envolvimento da comunidade no contexto escolar;	Convocar reuniões do Conselho para deliberar sobre as decisões relativas ao contexto escolar, utilização de recursos e trabalho pedagógico, sempre que necessário.
Gestão de Pessoas	Atender com presteza os estudantes, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar.	Continuar trabalhando de maneira organizada e funcional a fim de oferecer um bom atendimento a todos os integrantes da comunidade escolar.
Gestão Financeira	Aplicar os recursos públicos em atividades e projetos onde o interesse e prioridade sejam os estudantes;	Reunir a comunidade escolar por meio das reuniões de Conselho e de professores para decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis na escola.
Gestão Administrativa	Atender com presteza as solicitações dos integrantes da comunidade escolar obedecendo sempre às orientações da Secretaria de Educação e diretrizes que regem nosso trabalho.	Dar continuidade ao atendimento realizado com presteza e cumprimento as orientações e diretrizes que embasam a gestão administrativa da escola.

2. Metas/PDE

PDE Nº meta	Nº	META S	2018	2019	2020	2021
1		Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), sendo, no mínimo, 5% a cada ano até o final da vigência deste PDE, e ao menos, 90% (noventa por cento) em período integral.				X
2		Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e as aprendizagens dos estudantes a partir dos 6 (seis) anos de idade ao Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 (quatorze) anos de idade até o último ano de vigência deste PDE.				X
4		Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário, nas unidades de ensino especializadas.				X
5		Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental				X
7		Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o DF, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.				X
8		Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.				X

VII - FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A base teórico-metodológica do currículo da SEEDF está sustentada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica. Desta forma, acreditamos que o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural que o cerca.

Os sujeitos são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza.

Os sujeitos constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, por isso a educação integral perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, valorizando o diálogo entre os saberes formais e os saberes socialmente construídos para que juntos adquiram sentido e sirvam como agente de mudança do ser e da sociedade em que ele está inserido.

Assim, o currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. O foco é a garantia da aprendizagem para todos, sendo fundamental considerar a pluralidade e a diversidade social e cultural em nível global e local.

O primeiro passo dessa caminhada pedagógica - prática social inicial do conteúdo - é o momento em que o educador apresenta aos educandos o tema a ser estudado, contudo sem conceituá-lo. Busca-se neste momento desafiar o educando, estimulá-lo, sacudi-lo, sensibilizá-lo acerca do objeto de conhecimento. Para tal feito faz-se necessário conhecer as aspirações que os educandos possuem acerca da temática a ser trabalhada. Deve-se construir uma relação entre os conceitos empíricos dos aprendizes com os conteúdos escolares.

A educação deve ser referenciada pela formação integral, de modo que o processo formativo integre as diversas dimensões que formam o ser humano.

Defende-se um currículo integrado, pautado na integração das diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade. Nesse sentido, tem como princípios: a) unicidade entre teoria-prática; b) interdisciplinaridade e contextualização; c) flexibilização.

Quanto ao processo avaliativo, a SEEDF compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. A avaliação é então voltada para as aprendizagens, sendo que sua finalidade maior reside em contribuir para a aprendizagem, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes. Avalia-se para garantir algo e não apenas para coletar dados

sem comprometimento. Assim, a avaliação dos estudantes deve ser permanente (diagnóstica, formativa e interventiva) e demanda acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes.

Para o ano letivo de 2021 e em face da Pandemia causada pelo Covid 19 todo o trabalho pedagógico será pautado na reorganização curricular decorrente desses fatos.

Nesse sentido a equipe pedagógica da escola ao preparar o presente documento observou as normas curriculares e o trabalho de reorganização dos conteúdos e dos objetivos de aprendizagem propostos para o presente ano letivo (2021)

Com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na implementação da política de educação integral, a perspectiva dessa concepção filosófica educacional propõe a construção de projetos pedagógicos que atendam à necessidade de organização das escolas e de desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem os três eixos norteadores: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

VIII - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Esta Instituição Educacional contempla a Educação Infantil, 1º Ciclo, 1º e 2º períodos (4 e 5 anos). Os Anos Iniciais, 2º Ciclo – 1º bloco, BIA (1º, 2º e 3º anos) e 2º bloco (4º e 5º anos). O Currículo traz a oportunidade do trabalho com diferentes formas de organização dos tempos e dos espaços escolar, neste ano entendam como virtual e presencial.

O trabalho didático-pedagógico da escola está baseado nas Unidades didáticas elaboradas conjuntamente pelos educadores desta I.E em consonância com a proposta do Currículo em Movimento do Distrito Federal, as diretrizes pedagógicas do BIA e nos Direitos de Aprendizagem. As Unidades Didáticas são temáticas e a partir delas são elaboradas quinzenalmente as sequencias didáticas que orientam o trabalho pedagógico diário e por segmento nesta escola.

As sequencias didáticas são elaboradas conjuntamente pelos professores de cada segmento e com a orientação dos coordenadores. Desta forma, organizamos o trabalho pedagógico de maneira planejada, pois esta é “uma forma efetiva de acompanhar, de prever, de organizar, de interagir e de avaliar as ações e as

estratégias pedagógicas adequadas a cada estudante ou grupo de estudantes” (Diretrizes Pedagógicas p. 20).

A organização do trabalho pedagógico é realizada com a intenção de conferir unidade e qualidade às ações educativas. Segundo Vilas Boas, 2004, apud Diretrizes Pedagógicas, “uma das funções mais importantes do planejamento é assegurar a unidade e coerência do trabalho pedagógico da escola como um todo e o de cada turma em particular”.

Os conteúdos são organizados de forma sequenciada com o objetivo de promover aprendizagem “específica e definida” (Diretrizes Pedagógicas p. 24).

Ainda segundo as orientações das Diretrizes, a sequência didática é realizada com o objetivo de atender a necessidade de alfabetizar letrando, a partir do texto, levando a formação de um leitor e escritor competente. O planejamento envolve as atividades permanentes, a sequência didática e os projetos de trabalho da escola. Contempla ainda as estratégias utilizadas no reagrupamento, reforço e projeto interventivo.

No ano de 2019 esta I.E. firmou uma parceria com a Instituição de Ensino IESB. Desta forma, a Escola Classe 35 se comprometeu a ceder o espaço da escola para o desenvolvimento de atividades com os estudantes de diversos cursos de graduação do IESB e em contrapartida a instituição irá promover palestras, oficinas e desenvolver projetos voltados para as áreas de pedagogia, educação física, psicologia, enfermagem, nutrição, direito, assistência social e engenharia, beneficiando nossos educadores, estudantes e toda comunidade escolar. Neste ano de 2021 a parceria foi renovada observando as avaliações tanto desta I.E. quanto do IESB, objetivando sempre o aprimoramento das ações realizadas no ambiente escolar.

BIMESTRES	SUB-TEMA	AÇÕES	ENVOLVIDOS
I/2021	Competências Sócioemocionais – lidando com as emoções	Avaliação diagnóstica, formativa, busca ativa, reuniões e palestras destinadas aos professores e responsáveis, apoio técnico-pedagógico sócioemocional. Intervenções diárias nas turmas com os estudantes.	Equipe docente, diretiva, coordenadoras, SOE, SEAA, SAA, Sala de leitura, Regional de Ensino (Unieb).

II/2021	Família - além do vínculo sanguíneo	Avaliação diagnóstica e formativa por meio de projetos interventivos; reuniões e palestras destinadas aos professores e responsáveis, apoio técnico- pedagógico sócioemocional. Intervenções diárias nas turmas com os estudantes.	Equipe docente, diretiva, coordenadoras, SOE, SEAA, SAA, Sala de leitura, Regional de Ensino (Unieb).
III/2021	Meio-ambiente - o meu papel	Avaliação formativa, intervenções pontuais e coletivas, reuniões e palestras destinadas aos professores e responsáveis, apoio técnico- pedagógico sócioemocional. Intervenções diárias nas turmas com os estudantes.	Equipe docente, diretiva, coordenadoras, SOE, SEAA, SAA, Sala de leitura, Regional de Ensino (Unieb).
IV/2021	Diversidade	Avaliação formativa, fortalecimentos nas produções dos estudantes, aprofundamento nos conhecimentos em todas as áreas, reuniões e palestras destinadas aos professores e responsáveis, apoio técnico- pedagógico sócioemocional. Intervenções diárias nas turmas com os estudantes.	Equipe docente, diretiva, coordenadoras, SOE, SEAA, SAA, Sala de leitura, Regional de Ensino (Unieb).

1. Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica enquanto espaço-tempo, abrange as ações de estudo, formação e de planejamento. Desde o ano passado realizamos nas quartas-feiras nosso encontro coletivo assim como os demais de maneira virtual; todos contam com o apoio e orientação da equipe pedagógica da escola composta, especialmente, pelas

coordenadoras pedagógicas eleitas pelo grupo. Nessa linha o espaço-tempo da coordenação pedagógica da EC 35 se destina a:

- subsidiar o trabalho pedagógico docente, orientando e coordenando ações para assegurar o cumprimento das metas e objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico;
- elaborar, implementar e avaliar a Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- articular e apoiar ações pedagógicas entre professores, a equipe de direção e da Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela Instituição Educacional, pela Coordenação Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- elaborar, aplicar e avaliar projetos interventivos, reagrupamentos e outras estratégias inerentes aos Ciclos.
- orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico;
- divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas.

Portanto, tais objetivos se transformam em ações no cotidiano da escola visando:

- Contribuir para redução dos índices de retenção;
- Articular ações para que o eixo metodológico dê ênfase às aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino;
- Estimular o envolvimento dos alunos nos projetos da Escola Classe 35 de forma que eles possam se identificar como parte integrante de todas as ações desenvolvidas;
- Estimular o envolvimento, através de reuniões bimestrais, de toda comunidade, pais e Conselho Escolar no Projeto de Avaliação Institucional;
- Contribuir para o acesso dos funcionários a cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidade de formação;
- Articular ações pedagógicas entre professores, como desenvolvimento de reforço e projetos interventivos;

- Acompanhar o desenvolvimento dessas ações, verificando pontos positivos e retificando pontos insatisfatórios;
- Propor estudo e reflexão avaliativa das ações pedagógicas;
- Orientar e coordenar projetos interventivos e de reforço de alunos defasado e/ou com dificuldades de aprendizagem.

2. Orientação Educacional

A orientação Educacional contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

Fundamentação Legal / Teórica:

- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- LDB- Lei de Diretrizes e bases da Educação.
- LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal.
- Orientação Pedagógica da Orientação Educacional. (O.P)
- Perspectiva Sócio Cultural da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano.

Encontramos, ainda, como respaldo teórico prático do trabalho da Orientação Educacional assim expressos no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal os princípios da: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e; convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação das oportunidades às crianças.

Atribuições da Orientação Educacional

- Elaborar anualmente, Plano de Ação das atividades de Orientação educacional na Unidade Escolar.
- Participar das coordenações pedagógicas coletivas na unidade escolar, visando à organização do trabalho pedagógico.
- Contribuir para as melhorias do processo ensino-aprendizagem.
- Estruturar o trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e

econômica do Contexto escolar.

- Fundamentar sua ação na opção teórica do Currículo da Educação Básica.
- Contribuir na identificação e na reflexão, junto à comunidade escolar, os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem.

- Participar da identificação e/ou encaminhamento de estudantes que apresentem dificuldades no processo ensino-aprendizagem e comportamentais como: agressividade, problemas emocionais, sinais de maus tratos, ou de abuso, falta de acompanhamento familiar e faltas consecutivas.

- Trabalhar coletivamente, com a equipe gestora e a pedagógica em casos de omissão e violação dos direitos da criança e adolescentes, junto aos órgãos de proteção.

- Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEEDF

- Participar de programas de formação continuada.

- Elaborar e apresentar relatórios periódicos.

- Articular ações junto a EEAA e à Sala de recursos na promoção de uma educação Inclusiva a fim de contribuir para a superação de dificuldades de aprendizagem.

- Desenvolver ações de mediação de conflitos, em parceria com a equipe gestora e a equipe pedagógica.

Procedimentos da O.E

Acolhimento da demanda:

- Escuta ao professor (a);
- Ficha perfil;
- Conselho de classe;
- Pais e/ ou responsáveis

Intervenções:

- Individual ou em pequenos grupos;
- Oficinas em sala de aula;
- Encaminhamentos externos ou em rede;
- Entrevista com o estudante e/ou pais e ou responsáveis;
- Observações contextuais;

- Devolutiva aos docentes.

Registros:

- Formulários;
- Pasta do estudante;
- Livro ata.

Ações Coletivas

SEAA/OE/SR

- Articulação equipe gestora Pedagógica;
- Proposta Pedagógica;
- Coletivas na escola;
- Estudo de caso;
- Ações para a inclusão
- Conselho de Classe
- Estratégia de matrícula
- Reflexões sobre temas significativos

3. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

O trabalho da Orientação Educacional deve estar articulado às demais instancias da unidade escolar, bem como a família e a comunidade estabelecendo uma rede social e institucional de proteção e garantia de direitos do estudante e de melhoria da qualidade da educação.

A organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional deve, portanto, estar voltada a esse objetivo, ou seja, a transformação social, com estratégias e ações que colaborem e favoreçam a educação para e pelos direitos humanos, pela diversidade, pela sustentabilidade, com vistas a uma educação integral.

A EEAA constitui-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. A EC 35 de Ceilândia conta com duas pedagogas, especializadas em Psicopedagogia, contudo, não dispõe de psicólogo escolar.

O serviço tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, compreendidas como o desenvolvimento de um trabalho que facilite e

incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem, promova a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da escola, e busque, com a equipe escolar, a superação dos obstáculos a apropriação do conhecimento. Visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

Durante o ano de 2020 e o presente ano, além das ações já desenvolvidas no acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais especiais e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, o SEAA também atuou junto ao SOE na busca ativa dos mesmos e seus responsáveis. Promoveu ações de formação para os professores que apresentavam queixa escolar, ou dificuldades técnicas do processo de ensino aprendizagem. E está presente em todas as salas de aula virtuais desta U.E., observando e sugerindo ações junto a toda equipe pedagógica para a garantia de uma educação pública inclusiva e de qualidade, que atenda a todos, sem exceção.

4. Sala de Apoio à Aprendizagem

Sala de Apoio à Aprendizagem é um programa complementar que faz parte do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, destinado ao atendimento direto ao estudante com Transtorno Funcional Específico (TDAH, Dislexia, TPAC, TOD). O Pólo da E. C. 35 atende a cinco escolas do setor P Norte. O acompanhamento tem como objetivo auxiliar o estudante na superação das dificuldades de aprendizagem e no alcance do sucesso escolar. Para alcançarmos os objetivos, durante o ensino remoto, a SAA tem utilizado diversos recursos, entre eles, o uso da plataforma Google sala de aula, o meet e recursos de gamificação produzidos para fins específicos, de acordo com os grupos de estudantes atendidos semanalmente.

IX - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação na EC 35 de Ceilândia é categoria central e organizadora de todo o trabalho pedagógico. Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional desta Secretaria de Educação entendemos e organizamos o processo avaliativo conforme tais conceitos e práticas:

a) **Avaliação para aprendizagem:** ocorre, quase sempre, em sala de aula, sob supervisão docente, considera a organização curricular e prima pelas intervenções constantes orientadas pela avaliação diagnóstica. Por ser formativa é que se inscreve no movimento de avaliar para aprender, aprender para avançar e avançar com garantia qualitativa das aprendizagens. Os instrumentos e procedimentos utilizados na escola são discutidos e analisados pela equipe docente, de coordenação e direção da escola. Avalia-se para que os sujeitos aprendam evitando exclusões, punições e exposições. Neste ano, em específico, serão estimulados práticas e fomentos à autoavaliação dos estudantes para que desenvolvam processos metacognitivos inerentes ao desenvolvimento das suas aprendizagens. A autoavaliação se difere da autonotação, não se trata de solicitar que os estudantes se atribuam pontos, notas ou conceitos, mas que reflitam sobre os processos de aprendizagens a que estão sendo submetidos. (VILLAS BOAS, 2008)

b) **Avaliação Institucional na EC 35 de Ceilândia:** Este nível da avaliação ocorre, quase sempre, nas reuniões do conselho de classe, nas coordenações pedagógicas coletivas e em momentos com a comunidade escolar como ocorreu no Dia Letivo Temático deste ano; tomamos o Projeto da escola como ponto de partida e de chegada, analisa-se as potencialidades e fragilidades e, assim, sinalizamos as mudanças e as atualizações no documento e, sobretudo, nas práticas educacionais. Não avaliamos a instituição para expor ou punir pessoas, avaliamos para aperfeiçoar e melhorar o trabalho realizado. Na avaliação institucional consideramos os dados produzidos pelos exames, provas, índices e procuramos localizar no currículo as fragilidades e potencialidades do que a escola realiza. A intenção de uma avaliação formativa se aplica à avaliação institucional.

c) **Avaliação externa/redes/larga escala:** A EC 35 entende que esses exames são importantes e sinalizam indicadores de qualidade; é signatária dos Exames Nacionais e considera o SIPAEDF como forte aliado para garantia das aprendizagens dos estudantes. A escola produz dados diariamente, todavia, os dados emanados desses índices, testes, exames e provas são úteis quando discutidos no

interior da escola como sinalizamos no nível anterior, ou seja, na avaliação institucional.

Durante o período do ensino remoto nossa compreensão acerca dos objetivos de aprendizagens e das condições de acesso de cada criança foi, fortemente, impactada pela necessidade de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre o tema da avaliação formativa. Entendemos que as provas, testes, atividades e demais produções das crianças deveriam ser flexibilizadas e procuramos, com isso, dilatar prazos, redefinir critérios e procurar assegurar alguma evidência de aprendizagem durante o citado período.

Os docentes individualizaram em sua maioria os processos avaliativos, com uso das redes sociais, telefones celulares, e-mail e outras ferramentas; aos poucos foram mapeando as aprendizagens e procurando dar sentido ao que ia sendo produzido e demonstrado por cada estudante. O receio de que cada estudante não fosse o autor dos trabalhos foi cedendo lugar ao diálogo e a negociação com os mesmos e com seus familiares. Reduzimos as expectativas e procuramos trabalhar com qualquer informação e ou demonstração de aprendizagem.

O relatório de avaliação (RAv) foi reorientado e flexibilizado quanto aos termos redacionais. A qualquer momento o estudante que entrasse na plataforma ou fosse localizado por meio da busca ativa passaria a ter sua avaliação realizada procurando garantir que todos aprendessem. As crianças com necessidades de adequação curricular, adaptação de atividades e outras foram alvo de muita preocupação da escola, todavia, toda equipe de profissionais da escola entendeu que o momento exigia calma e cautela para que não tornássemos a avaliação um instrumento de exclusão ainda mais perigoso, foi então priorizada principalmente com esses estudantes a avaliação formativa de cada estudante individualmente dentro das suas capacidades e avanços.

Práticas e estratégias de avaliação do processo de Ensino- aprendizagem

a) Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

A avaliação deve ser diagnóstica, formativa, processual e avaliativa com o objetivo de garantir ao educando a oportunidade de construir e refletir sobre o conhecimento. Além disso, deve subsidiar a prática docente no processo de ensino-aprendizagem, colaborando com a organização do trabalho pedagógico e a promoção das aprendizagens, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante.

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização uma

avaliação com função formativa necessita ser diagnóstica (conhecer as competências e habilidades que os estudantes apresentam ou não), ser objeto de reflexão (analisar os dados para (re) orientar o ensino possibilitando uma aprendizagem mais efetiva) e interventiva (a partir das informações levantadas, elaborar intervenções adequadas às necessidades de aprendizagens dos estudantes).

A avaliação se constitui em um processo contínuo por meio de diversos instrumentos, sendo que o principal deles será a observação e o registro sistemático do desenvolvimento de cada educando. As avaliações bimestrais e diagnósticas também são utilizadas na escola no processo de avaliação das aprendizagens e efetivação das estratégias de ensino.

O teste da psicogênese e o mapeamento ortográfico serão realizados, periodicamente visando favorecer e aprimorar o processo de aquisição da linguagem escrita.

O reagrupamento e o projeto Interventivo terão início sempre no segundo bimestre de cada ano letivo, respeitando a temporalidade da avaliação diagnóstica inicial dos estudantes e objetivando acompanhar as particularidades de cada aluno, seus avanços e suas dificuldades.

O relatório descritivo será utilizado como documento formal de registro avaliativo, “no qual os dados coletados são organizados de forma a tornar visível as necessidades de aprendizagens dos estudantes e que orientarão o planejamento, a elaboração e execução das intervenções pedagógicas.” (Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização, 2012). Entretanto, outras formas de registros poderão ser utilizadas, conforme critério e necessidade do professor. Esses registros deverão estar acessíveis aos responsáveis a fim de informar sobre o desenvolvimento do estudante, sempre que necessário.

Esta instituição também promove e valoriza a formação continuada dos seus educadores e membros da comunidade escolar, com o intuito de aprimorar o trabalho pedagógico e atendimento as famílias na escola. As formações acontecem tanto mediante aos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação quanto nas reuniões coletivas realizadas online e/ou na escola (quando o momento permitir) e oficinas e palestras oferecidas aos educadores e comunidade escolar.

b) Conselho de Classe

O Conselho de Classe nesta I.E é realizado ao final de cada bimestre em uma única etapa e conta com a participação dos educadores, Equipe de Apoio a Aprendizagem, Orientação Educacional e membros da direção.

Durante o Conselho de Classe, são apresentadas as demandas de cada turma pelo professor regente. Aspectos como: aprendizagem, comportamento e socialização são reportados ao grupo envolvido. De acordo com as necessidades apresentadas, são realizados os encaminhamentos e sugestões quanto ao trabalho pedagógico com vistas à resolução da demanda apresentada e ao sucesso escolar dos estudantes.

X - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A EC35 estará seguindo as orientações do Replanejamento Curricular para o Ciclo Letivo 2020-2021 que foram elaboradas a partir do Currículo em Movimento do Distrito Federal - Anos Iniciais seguindo os objetivos de aprendizagem, conforme previstos na BNCC do Ensino Fundamental.

Os objetivos de aprendizagem ou conteúdos do Replanejamento Curricular, retomados anteriores ao ano letivo vigente considerados fundamentais para a consolidação das aprendizagens do estudante no ano em curso, os resultados apresentados no diagnóstico inicial e a realidade escolar, adequaram as intervenções para melhor se ajustar à progressão das aprendizagens. As temáticas atuais que não contempladas nos objetivos de aprendizagem são trabalhadas de forma interdisciplinar, por meio de projetos, sequências didáticas dentre outras metodologias, levando-se em consideração o contexto do ensino (presencial, presencial alternado ou ensino remoto), pois em seus pressupostos teóricos, os Eixos Transversais do Currículo tem a finalidade de concretizar o movimento que o mesmo propõe, em sua constância de ser permanentemente avaliado e significado a partir de concepções e práticas empreendidas por cada um e cada uma no contexto concreto das escolas e das salas de aula desta rede pública de ensino. (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Todo o planejamento do ano letivo está voltado para a garantia dos direitos de aprendizagem, sendo por meio do ensino presencial, ensino remoto ou ensino híbrido.

XI - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

1. GESTÃO PEDAGÓGICA/RESULTADOS – ESTRATÉGIAS

A gestão pedagógica da escola é, sobretudo, a gestão do currículo e do seu projeto pedagógico. A equipe gestora em diálogo com docentes e todos os profissionais da escola entende que a gestão pedagógica é prioritária, urgente e central. O monitoramento dos resultados não define o cerne desta gestão, as condições de acesso, permanência e o sucesso dos estudantes sim. Nossa compreensão é a de que os resultados são importantes quando houve cuidado com todo o processo desde seu planejamento. Sendo assim são esses os objetivos da gestão pedagógica desta instituição seguidos das metas:

- Eliminar, gradativamente, a reprovação com garantia das aprendizagens de todos os estudantes.
- Adotar como eixo metodológico a ênfase nas aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino de modo que todos os estudantes avancem com aproveitamento real.
- Inserir 100% dos estudantes com defasagem idade/série e que apresentam dificuldade e/ou lacunas de aprendizagem no Projeto Interventivo e em atividades diversificadas.
- Envolver 100% dos estudantes nos projetos de forma que eles possam se identificar como parte integrante de cada ação proposta. Envolver, por meio de reuniões bimestrais, a comunidade, pais e Conselho Escolar no Projeto de Avaliação Institucional.

Ações/metas:

- Realização de projetos, acompanhamento e as intervenções necessárias.
- Atendimento individualizado, trabalho diversificado, reforço e outros recursos didático-pedagógicos.
- Garantir o adequado funcionamento dos serviços prestados pela Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem.
- Estimular por meio de projetos e atividades pedagógicas atrativas o gosto pela leitura, escrita e investigação científica dos estudantes.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA E DE PESSOAS – ESTRATÉGIAS

A gestão democrática não se resume ou define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto praxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

a) Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno.

b) Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola;

c) Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos alunos dentro do processo de ensino aprendizagem.

d) Organizar os Conselhos de Classe nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos positivos e negativos, buscando soluções dentro da proposta pedagógica.

e) Socializar com a equipe pedagógica, funcionários e professores todas as informações obtidas: Leis, instruções, Normas que regulamentam o processo educacional.

f) Manter com a comunidade escolar mecanismos de comunicação eficientes como circulares, bilhetes, site, whatsapp, instam e youtube.

g) Possibilitar aos funcionários o acesso a cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidades de estudo dentro e fora da escola com cursos da EAPE, coordenações coletivas, seminários, simpósios, congressos e palestras oportunizados pela SEE e pela IE.

h) Montar grupos de estudos para discutir as propostas vindas da SEEDF.

i) Proporcionar ao corpo docente e funcionários, momentos de integração para dinâmica de grupo, socialização de experiências para estimulá-los a buscar sempre novos desafios.

j) Aproveitar as coordenações coletivas dos professores para discutir propostas que venham contribuir na melhoria da qualidade de ensino.

k) Promover momentos de estudos sobre as leis que regem as carreiras, destacando seus direitos e deveres.

l) Realizar reuniões pedagógicas, conscientizando os professores e

funcionários da necessidade de encontrar caminhos mais prazerosos para concretização do processo ensino aprendizagem, construindo uma pedagogia centrada no educando e não só no conteúdo.

m) Realizar semestralmente avaliações institucionais, através de reuniões, autoavaliações, discussões em grupos, apresentação de pontos de vistas, promovendo assim uma avaliação de desempenho a partir da visão de si mesmo e dos seus pares.

3. GESTÃO FINANCEIRA/ADMINISTRATIVA – ESTRATÉGIAS

A gestão financeira é parte indissociável da gestão democrática da escola, todos os recursos oriundos das rubricas governamentais e públicas são aplicados em conformidade com o este projeto pedagógico. As prestações de conta são publicizadas nos espaços físicos e virtuais legalmente reconhecidos.

A escola quando realiza eventos com algum ganho financeiro como festas, amostras e outras disponibiliza a prestação de contas para a comunidade escolar e insere os estudantes na definição dos gastos, serviços e benefícios que serão realizados financiados com tais verbas. No meio virtual realizamos assembleias destinadas a esses fins e quando no presencial nos reunimos, para decidir em que aplicaremos tais recursos.

Nenhuma ação dentro da escola é, somente, administrativa. Todas se destinam a melhoria da atividade fim, qual seja: ensino-aprendizagem. Nesse sentido as estratégias para ampliação e reforma de toda a escola são realizadas para atender as necessidades das crianças e dos profissionais que com elas trabalham diariamente.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dimensão	Metas	Estratégias	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Gestão Pedagógica das aprendizagens e dos resultados educacionais	Desenvolvimento integral dos estudantes	Envolvimento de toda a comunidade escolar nos projetos da escola;	Promover momentos de avaliação das aprendizagens e dos projetos propostos pela escola.	Supervisão e Coordenação Pedagógica	Anual

	<p>Melhorar os índices de aprovação e letramento dos estudantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto interventivo da escola e em parceria com o IESB; • Reagrupamento para o BIA, 4º e 5º ano; • Reforço escolar • Projeto de Leitura; • Projeto “Juntos pela Paz”. 	<p>A avaliação acontecerá por meio das reuniões bimestrais de Conselho de Classe e durante a Avaliação Institucional.</p>	<p>Direção, Supervisão, Coordenação, Equipe de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Corpo docente da escola.</p>	<p>Anual</p>
<p>Gestão Participativa</p>	<p>Incentivar a participação e envolvimento da comunidade no contexto escolar;</p>	<p>Convocar reuniões do Conselho para deliberar sobre as decisões relativas ao contexto escolar, utilização de recursos e trabalho pedagógico, sempre que necessário.</p>	<p>Avaliação Institucional</p>	<p>Diretora e Presidente do Conselho</p>	<p>Anual</p>
<p>Gestão de pessoas</p>	<p>Atender com presteza os estudantes, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar.</p>	<p>Continuar trabalhando de maneira organizada e funcional a fim de oferecer um bom atendimento a todos os integrantes da comunidade escolar.</p>	<p>Por meio da Avaliação Institucional</p>	<p>Direção</p>	<p>Anual</p>
<p>Gestão Financeira</p>	<p>Aplicar os recursos públicos em atividades e projetos nos quais o interesse e prioridade sejam os estudantes;</p>	<p>Reunir a comunidade escolar por meio das reuniões de Conselho e de professores para decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis na escola.</p>	<p>Reuniões do Conselho de Classe e Avaliação Institucional.</p>	<p>Diretora e Conselho Escolar.</p>	<p>Anual</p>
<p>Gestão Administrativa</p>	<p>Atender com presteza as solicitações</p>	<p>Dar continuidade ao atendimento realizado com presteza e</p>	<p>Por meio da Avaliação Institucional</p>	<p>Direção</p>	<p>Anual</p>

	<p>dos integrantes da comunidade escolar obedecendo sempre às orientações da Secretaria de Educação e diretrizes que regem nosso trabalho.</p>	<p>cumprimento as orientações e diretrizes que embasam a gestão administrativa da escola.</p>			
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

XII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A construção/reformulação/avaliação do Projeto Político-Pedagógico necessita de uma ação conjunta. Direção escolar e equipe pedagógica devem prever momentos coletivos para este fim.

No decorrer do ano letivo, à medida que, os projetos são implementados realizamos reuniões bimestrais nas quais são avaliadas as práticas e intencionalidades das ações. A avaliação do trabalho da escola ou avaliação institucional não carece de data ou evento, ocorre nas reuniões coletivas, individuais e naquelas com essa finalidade.

Desta forma, é necessário que escola promova continuamente momentos de discussão e adequação do PPP às necessidades da escola respeitando a realidade da comunidade e objetivando o sucesso escolar dos estudantes.

A elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico ocorrem no âmbito da gestão democrática; os diferentes segmentos da comunidade estão representados, mas possuem canais para participação direta (individual e coletiva) tanto para funcionário/servidores bem como para demais membros da comunidade escolar.

O presente documento foi submetido à consulta, análise e crítica da comunidade escolar e funcionários da instituição.

XIII - PROJETOS ESPECÍFICOS – PRESENCIAL E ENSINO REMOTO

Além das estratégias como reagrupamentos, projetos interventivos e outras ações inerentes aos Ciclos para as Aprendizagens, a escola desenvolve projetos que vieram ao encontro das necessidades diagnosticadas junto à comunidade escolar. Eles potencializam e reforçam o compromisso da escola com sua missão e valores anteriormente citados.

IDENTIFICAÇÃO	
Unidade Escolar: Escola Classe 35 de Ceilândia	
Título do Projeto: Projeto de Leitura “Ler é bom demais!”	
Etapas: Ed Infantil ao 5º ano	Total de estudantes envolvidos: 930
Áreas de conhecimento: Todas as áreas	
Equipe responsável: Todos os segmentos estão envolvidos com o projeto	

JUSTIFICATIVA
<p>Percebemos que o contexto atual vem afastando cada vez mais os estudantes do ato de ler. Por consequência, sentimos dificuldades marcantes no cotidiano da escola tais como: o vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de interpretação, erros ortográficos, produções textuais embrionárias, dificuldades na compreensão dos conteúdos escolares e desprezo em relação ao ato de ler.</p> <p>Desta forma, é necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Por meio da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, o mundo da imaginação, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam, aprender um novo vocabulário, conhecer diferentes formas de escrita e gêneros textuais, entre tantos outros benefícios.</p> <p>Portanto, acreditamos que é papel da escola promover o incentivo a leitura, seja ela com objetivos didáticos ou por prazer. Assim, percebemos a importância de um projeto que resgate a leitura deleite e de caráter pedagógico e que tenha como consequência o desenvolvimento das habilidades ligadas a fluência da leitura e ao letramento dos estudantes</p>

PROBLEMATIZAÇÃO

- Como incentivar os estudantes a praticar a leitura de lazer e leitura com objetivos pedagógicos?
- Como organizar os planejamentos pedagógicos para que a leitura possa estar inserida diariamente no cotidiano escolar dos estudantes?

Como incentivar as famílias a praticar o ato de ler com seus filhos?

OBJETIVOS

GERAL

- Desenvolver práticas educativas objetivando a formação de estudantes leitores, dentro e fora da escola.

ESPECÍFICOS

1. Incentivar a leitura de lazer;
2. Estimular momentos de leitura com a família;
3. Desenvolver as habilidades ligadas à fluência da leitura e escrita;
4. Proporcionar momentos de apreciação cultural e encontro com autores;
5. Interligar e contextualizar os livros trabalhados no projeto com os planejamentos, avaliações e demais atividades desenvolvidas pela escola;

Plano de ação

Objetivo Nº	Estratégia
1	Incentivar e oportunizar momentos de leitura deleite em sala de aula e nos demais ambientes escolares.
2	Possibilitar o acesso a livros físicos e digitais e o empréstimo de livros e enviar para as famílias atividades extraclasse ligadas a leitura que devam ser realizadas entre estudantes e familiares.
3	Utilizar os livros do Projeto de Leitura para embasar atividades relacionadas ao aprimoramento da fluência na leitura e escrita; Utilizar os livros do Projeto de leitura na elaboração das atividades de reagrupamento, projeto interventivo e reforço escolar avaliações.
4	Realização de um Sarau literário na escola com a presença e participação das famílias.
5	Aplicar atividades avaliativas contextualizadas com o projeto de leitura da escola.
6	Oportunizar contato e socialização com escritores e ilustradores de Brasília, por meio da Jornadinha Literária e outros eventos como feiras literárias.
Cronograma	Responsáveis e Recursos
Anual	<ul style="list-style-type: none">• Direção, Supervisão, Coordenação e Corpo docente.• Recursos: Livros e outros tipos de recursos literários (revistas, textos retirados da internet, músicas...).

AVALIAÇÃO

- Pela participação dos estudantes;
- Pelos desempenhos individuais e em grupo;
- Pelo interesse nos assuntos abordados e a partir de suas dúvidas.
- A avaliação acontecerá de forma processual, observando-se a participação e interesse dos educandos e de toda a comunidade escolar envolvida.

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Escola Classe 35 de Ceilândia

Título do Projeto: Recreio Legal

Etapas: Ed Infantil ao 5º ano

Total de estudantes envolvidos:
930

Áreas de conhecimento: Interdisciplinar

Equipe responsável:
Todos os segmentos estão envolvidos com o projeto

JUSTIFICATIVA

O recreio é um momento de pausa para que os estudantes possam descansar e brincar antes de voltar para a rotina da sala de aula. Observamos que durante essa pausa, muitas crianças se envolvem em conflitos, sofrem pequenos acidentes, porque correm e ficam muito agitadas durante e após o recreio.

Percebendo esta demanda, criou-se o “Projeto Recreio Legal”, que divide a escola em estações de brincadeiras e conta com o apoio de monitores. As brincadeiras foram escolhidas pelos estudantes por meio de questionário enviado às turmas. Os monitores trabalham mensalmente nesta função, recebem uma formação e um certificado de Monitores do Recreio.

PROBLEMATIZAÇÃO

- Como organizar brincadeiras direcionadas para evitar que os estudantes corram e se envolvam em conflitos durante o recreio?
- Como orientar os monitores para que possam auxiliar na organização das brincadeiras durante o recreio?

OBJETIVOS

GERAL

Organizar o recreio de tal maneira que os estudantes possam brincar e se divertir, evitando assim conflitos e acidentes.

ESPECÍFICOS

1. Estimular o hábito de brincar ou descansar durante o recreio;
2. Promover a participação dos estudantes na organização do recreio;
3. Prevenir acidentes e conflitos;
4. Oportunizar um recreio divertido para os estudantes.

Plano de ação

Objetivo Nº	Estratégia
1	Organizar as estações de brincadeiras durante o recreio.
2	Aplicação de questionário para todas as turmas perguntando sobre quais brincadeiras os estudantes gostariam que fizessem parte das estações no recreio.
3	Formação dos Monitores do Recreio para auxiliar na prevenção de acidentes e conflitos, e colaboração dos educadores, observando e orientando os estudantes sempre que necessário.
4	Estações de brincadeiras divertidas e organização um repertório musical apropriado à faixa etária e de interesse dos estudantes
Cronograma	Responsáveis e Recursos
Anual	<ul style="list-style-type: none">• Direção, Supervisão, Coordenação e Corpo docente.• Recursos: Brinquedos e aparelho de som.

AVALIAÇÃO

- Observação do comportamento dos estudantes durante o recreio;
- Observação da ocorrência de acidentes durante o recreio;
- Avaliação Institucional.

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Escola Classe 35 de Ceilândia

Título do Projeto: Plenarinha

Etapas: Ed Infantil e 1º ano

Total de estudantes envolvidos:308

Áreas de conhecimento: Interdisciplinar

Equipe responsável:

Todos os segmentos estão envolvidos com o projeto

JUSTIFICATIVA

A Plenarinha de Educação Infantil é um projeto pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, desenvolvido desde 2013, por meio Subsecretaria de Educação Básica/Diretoria de Educação Infantil, em todas as unidades escolares públicas e instituições educacionais parceiras que ofertam Educação Infantil no Distrito Federal.

PROBLEMATIZAÇÃO

O ano de 2021 começou, mas a história ainda continua a mesma – pandemia, coronavírus, distanciamento social e educação remota, entre outros aspectos que estão imbricados nessa realidade. Mesmo diante desse contexto, a IX Plenarinha precisa acontecer, assim como aconteceu no ano anterior, dando continuidade aos trabalhos e entonando sonoridades, cânticos e músicas, contribuindo assim, para o desenvolvimento musical e integral das crianças. Portanto, “Musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar”, é a temática da Plenarinha da Educação Infantil em dois anos seguidos – 2020 e 2021.

OBJETIVOS

GERAL

1. Oportunizar as crianças da Educação Infantil e 1º ano a promoção do exercício de cidadão ativo, participativo e conhecedor dos seus direitos e deveres, vivenciando a interlocução com o Currículo da Educação Infantil em suas diferentes expressões e linguagens.

ESPECÍFICOS	<p>1. Incentivar participação dos estudantes nas rodas de conversa e espaços de socialização promovidos pela escola.</p> <p>2. Promover momentos de interação entre as crianças e a musicalidade, presente em todo lugar uma vez que a temática do projeto destes dois anos (2020/2021) é “Musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar”.</p>
--------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Plano de ação

Objetivo Nº	Estratégia
1	Utilizar rodas de conversa para promover escuta, canto, dança e espaço de fala espontânea dos estudantes.
2	Confeccionar trabalhos, brinquedos sonoros e instrumentos musicais as temáticas trabalhadas durante o projeto.
Cronograma	Responsáveis e Recursos
Anual	<ul style="list-style-type: none"> Direção, Supervisão, Coordenação, Corpo docente e famílias.

AVALIAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos trabalhos confeccionados pelos estudantes.

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Escola Classe 35 de Ceilândia	
Título do Projeto: Juntos pela Paz	
Etapas: Ed Infantil ao 5º ano	Total de estudantes envolvidos: 930
Áreas de conhecimento: Todas as áreas	
Equipe responsável: Todos os segmentos estão envolvidos com o projeto	

JUSTIFICATIVA

O aprendizado das competências emocionais é tão importante quanto o aprendizado da leitura e da escrita. Saber lidar com as próprias emoções e com as dos outros, identificar alternativas de resolução de conflito e conviver harmoniosamente com as pessoas são fatores importantes para a aprendizagem e desenvolvimento humano. Sabemos que a escola é campo que reflete as transformações da sociedade, que em questão de educação e orientação das crianças tem mudado bastante, frente às pressões econômicas e sociais vigentes.

As famílias já não têm o tempo e o costume de preparar os filhos para a vida como há alguns anos, por isso muitas crianças entram na escola sem as competências emocionais básicas de sociabilidade. Por isso, a ocorrência de conflitos é cada vez maior nesse espaço, ocupando demasiado tempo que deveria ser destinado à aprendizagem.

Nessa perspectiva, o projeto “Juntos pela paz” visa trabalhar com a lógica da prevenção, oferecendo as nossas crianças, aptidões emocionais fundamentais entre outras, a sociabilidade, a autoconfiança, a persistência otimista frente à frustração, a capacidade de recuperar-se rapidamente de perturbações e a abertura para o diálogo e a compreensão, a fim de aumentar suas oportunidades de aprendizagem socioemocional capaz de gerar melhores condições de enfrentamento das situações adversas que surgem ao longo da vida.

Essa proposta visa inserir as emoções e a vida social no currículo, ao invés de tratar dessas habilidades tão importantes, apenas quando os conflitos começarem a ocorrer e preencher todo o caderno de ocorrências levadas à orientação ou à direção. Nesse sentido, almejamos elevar o papel das competências emocionais em nossas aulas, discutindo regularmente as questões que envolvem as emoções.

PROBLEMATIZAÇÃO

- Como estimular os estudantes a compreender suas emoções e a dos outros?
- Como organizar os planejamentos pedagógicos para que o trabalho relacionado com o desenvolvimento das competências socioemocionais esteja inserido diariamente no cotidiano escolar dos estudantes?
- Como incentivar as famílias a trabalharem as competências socioemocionais em parceria com a escola?

OBJETIVOS	
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a competência socioemocional e a boa convivência dentro e fora do ambiente escolar.
ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprender a identificar as próprias emoções e as do outro; 2. Aprender formas pacíficas de resolução de conflitos; 3. Conhecer a relação entre pensamentos, sentimentos e reações; 4. Examinar suas ações e avaliar as consequências delas, saber se uma decisão está sendo tomada pela razão ou pela emoção; 5. Encontrar formas de lidar com o medo, a ansiedade, a raiva e a tristeza; 6. Compreender empaticamente os sentimentos e preocupações dos outros e adotar a perspectiva deles; 7. Valorizar a franqueza e construir confiança num relacionamento; 8. Aceitar-se tal como é e ver-se sob uma luz positiva, reconhecendo suas forças e fraquezas; 9. Assumir responsabilidade, reconhecer as consequências de suas decisões e ações, aceitar seus sentimentos e estados de espírito, ir até o fim nos compromissos; 10. Declarar suas preocupações e sentimentos sem raiva nem passividade; 11. Saber cooperar, assumir a liderança e submeter-se a ela.

Plano de ação

Objetivo Nº	Estratégia
1	Nomear os sentimentos, fazer uma lista deles. Nesse momento, enfatizar que todos os sentimentos são válidos e que não há sentimento ruim ou bom. São apenas emoções próprias do ser humano.
2	Chamada das emoções: Todos os dias, na hora da chamada, o professor deve chamar o nome das crianças e elas podem responder com um número (previamente combinado, que pode contar em um cartaz na sala). Por exemplo: o professor chama: ADRIANA e ela pode responder com um 1 (triste) ou com um 10 (a

	mil por hora);
3	Discutir abertamente sobre as emoções (eleger o tema do dia) que pode ser um sentimento abordado em uma história, filmes ou textos (sugestões no anexo A) ou que pode ter gerado um conflito recente;
4	Discutir sobre situações que viveram e que possam vir a experimentar (um esbarrão que julguem proposital no recreio, por exemplo), identificando alternativas de reação. É importante mostrar reações pacíficas, mas que preservam a dignidade;
5	Participar de debates sobre “o que poderia estar por trás da raiva” nas diversas manifestações de violência que podem ocorrer na escola ou fora dela, identificando as consequências e reações alternativas pacificadoras;
6	Realizar um momento de jogo por semana de entretenimento ou específico com fins educativos com foco na cooperação e treinamento das situações nas quais a emoção pode se manifestar como um fator conflitante;
7	Propor situações de debates nas quais o professor ou os estudantes levam frases prontas, como: “Está certo bater em alguém quando você fica com raiva”; “Se você fugir da briga, todo mundo vai achar que é covarde”; ou “As pessoas que apanham nem sofrem tanto assim”.
Cronograma	Responsáveis e Recursos
Anual	<ul style="list-style-type: none"> • Direção, Supervisão, Coordenação e Corpo docente. • Recursos: Livros e outros tipos de recursos literários (revistas, textos retirados da internet, músicas...).

AVALIAÇÃO

- Pela participação dos estudantes;
- Pelos desempenhos individuais e em grupo;
- Pelo interesse nos assuntos abordados e a partir de suas dúvidas.
- A avaliação acontecerá de forma processual, observando-se a participação e interesse dos educandos e de toda a comunidade escolar envolvida.

IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Escola Classe 35 de Ceilândia

Título do Projeto: Cantinho Verde

Etapas: Ed Infantil ao 5º ano

**Total de estudantes envolvidos:
930**

Áreas de conhecimento: Todas as áreas

**Equipe responsável:
Todos os segmentos estão envolvidos com o projeto**

JUSTIFICATIVA

O contato com a natureza é de suma importância para o desenvolvimento da consciência e do cuidado com o meio ambiente. Desta forma a escola enquanto ambiente de formação social deve proporcionar aos seus estudantes oportunidades de vivenciar práticas que envolvam não somente o cuidado, mas também a observação e manejo no plantio e cultivo de plantas.

Portanto o Cantinho Verde da Escola Classe 35 é um espaço de cultivo, pesquisa, observação e cuidado com o meio ambiente, onde os estudantes vivenciam na prática o que se estuda em sala com essa temática.

PROBLEMATIZAÇÃO

- Como trabalhar as questões ambientais utilizando o Cantinho Verde?
- Como organizar os planejamentos pedagógicos para que o trabalho relacionado com o meio ambiente esteja presente no cotidiano escolar?
- Como incentivar as famílias a participarem e colaborarem com a manutenção e cultivo do Cantinho Verde?

OBJETIVOS	
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a consciência ambiental nos estudantes por meio do cuidado e cultivo no Cantinho Verde.
ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Despertar nos estudantes os valores éticos e de formação da cidadania, com ênfase na cultura de paz, para a compreensão, preservação e uso de modo sustentável dos sistemas ambientais. 2. Reconhecer a educação ambiental como veículo de aprendizagem, gerenciamento e melhoria das relações interpessoais entre toda a comunidade escolar e entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável; 3. Valorizar a importância de uma alimentação saudável para a saúde do corpo humano.

Plano de ação

Objetivo Nº	Estratégia
1	Cultivo no Cantinho Verde.
2	Limpeza dos canteiros.
3	Aula expositiva no local sobre sustentabilidade, cuidado com a natureza, plantas, insetos, fotossíntese entre outros.
4	Elaboração de produção de texto coletiva ou individual sobre as observações e atividades realizadas no Cantinho Verde.
5	Elaboração de atividades artísticas (pintura, desenho,

	esculturas) tendo como tema o Cantinho Verde.
6	Atividade de Cozinha experimental com os recursos disponíveis.
7	Compartilhamento das atividades nas redes sociais.
8	Observação das plantas e dos animais que ali vivem.
Cronograma	Responsáveis e Recursos

AVALIAÇÃO

- Pela participação dos estudantes;
- Pelos desempenhos individuais e em grupo;
- Pelo interesse nos assuntos abordados e a partir de suas dúvidas.
- A avaliação acontecerá de forma processual, observando-se a participação e interesse dos educandos e de toda a comunidade escolar envolvida.

Anual	<ul style="list-style-type: none"> • Direção, Supervisão, Coordenação e Corpo docente. • Recursos:
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento. 2013

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial da Alfabetização. 2012

S BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político – Pedagógico Professor Carlos Mota. 2012

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientação Pedagógica.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Plano Distrital de Educação - PDE 2015-2014. Brasília DF.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.. Replanejamento Curricular 2021: Ensino Fundamental - Anos Iniciais/ Anos Finais. 2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. IX Plenarilha – Musicalidade das infâncias: de cá, de lá, de todo lugar. 2020/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Faq-perguntas e respostas acerca da avaliação na ed. Infantil. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/06/FAQ-Ed.-Infantil-Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-a-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-1%C2%BA-bimestre.pdf>. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Guia Anos Iniciais – Orientações para Atividades de Ensino Remoto, 2020.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Guia para acolhimento à Comunidade Escolar no contexto de Atividades Pedagógicas Não Presenciais, 2020.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientação para as aulas por meio de atividades não presenciais – Aos professores. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/06/orienta%C3%A7%C3%B5es-aos-professore-aulas-n%C3%A3o-presenciais.pdf>. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades não Presenciais na Rede Pública de Ensino Do Distrito Federal. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/03/Plano_de_Acao_DEIN_16.06_com_a_figura_FINAL.pdf. Acesso em: 12/07/2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientações para a Retomada das Atividades Presenciais Híbridas nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (versão preliminar). Julho de 2021.

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. OP do PPP e da Coordenação Pedagógica, Subeb - Brasília-DF, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. Cap. III, seção I art. 205 a 214.

____Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

____Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais – ensino de 1ª a 4ª série. Brasília: MEC/SEF, 2002. LIMA, Erisevelton Silva. O Diretor e as avaliações praticadas na escola. Brasília-DF: Kyron, 2012.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Currículo de Educação Básica. Distrito Federal, 2014/2019.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola? Módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying – mentes perigosas nas escolas. FONTANAR, 2010

VASCONCELLOS, C.S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995. VILLAS BOAS, Benigna Maria Freitas. Virando a escola do avesso por meio da avaliação. Papyrus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos A. O projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível. Papyrus, 1995.